

Geradora Eólica
Bons Ventos da
Serra I S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 Dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.
Fortaleza – Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas	
Veja a Nota 3.3 e 13 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar sua usina geradora de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de um contrato de longo prazo com um único cliente, firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A receita da Companhia advém integralmente desse contrato de fornecimento de energia elétrica.</p> <p>As variações da geração da energia e consequentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas; - inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia e verificação dos comprovantes de liquidação financeira; e - análise, para uma amostra de vendas registradas no período de corte, das respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no momento da transferência do controle da energia fornecida, juntamente com os relatórios de receitas geradas e fornecidas pela companhia e pelo órgão regulador, durante o exercício de 2020 e comparamos o montante total com os valores registrados. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 31 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Francisco Edson Sousa de França

Contador CRC CE 19801/O-0

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.044	752	Fornecedores a pagar		628	545
Depósitos vinculados	6	521	651	Empréstimos e financiamentos	9	3.324	3.015
Contas a receber	5	1.339	1.314	Debêntures	9	1.575	1.593
Impostos a recuperar		56	71	Encargos tributários e trabalhistas		208	296
Despesas antecipadas		131	114	Arrendamentos a pagar	8	23	358
Outros ativos		23	33	Ressarcimento de energia a pagar	10	2.828	1.110
Total do ativo circulante		4.114	2.935	Outras contas a pagar		-	1
				Total do passivo circulante		8.586	6.918
Depósitos vinculados	6	9.882	6.925	Dividendos a pagar	18	55	55
Imobilizado	7	106.408	115.857	Empréstimos e financiamentos	9	31.858	31.912
Total do ativo não circulante		116.290	122.782	Debêntures	9	13.182	12.743
				Encargos tributários e trabalhistas		142	-
				Arrendamentos a pagar	8	2.881	8.312
				Ressarcimento de energia a pagar	10	1.406	-
				Outras contas a pagar		-	4
				Provisão para desmobilização	11	1.579	1.520
				Total do passivo não circulante		51.103	54.546
				Patrimônio líquido	12		
				Capital social		80.212	80.212
				Prejuízos acumulados		(19.497)	(15.959)
				Total do patrimônio líquido		60.715	64.253
Total do ativo		120.404	125.717	Total do passivo e patrimônio líquido		120.404	125.717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita líquida de vendas	13	11.609	13.609
Custo das vendas	14	<u>(9.449)</u>	<u>(11.712)</u>
Lucro bruto		2.160	1.897
Despesas gerais e administrativas	15	(920)	(1.081)
Outras despesas operacionais		<u>(14)</u>	<u>-</u>
Resultado antes do resultado financeiro		1.226	816
Receitas financeiras		271	447
Despesas financeiras		<u>(5.035)</u>	<u>(5.268)</u>
Resultado financeiro	16	(4.764)	(4.821)
Prejuízo do exercício		<u>(3.538)</u>	<u>(4.005)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(3.538)	(4.005)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(3.538)</u>	<u>(4.005)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	<u>80.212</u>	<u>(11.954)</u>	<u>68.258</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(4.005)</u>	<u>(4.005)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>80.212</u>	<u>(15.959)</u>	<u>64.253</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(3.538)</u>	<u>(3.538)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>80.212</u>	<u>(19.497)</u>	<u>60.715</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(3.538)	(4.005)
Ajustes por:			
Depreciação	7	3.608	5.892
Depreciação direito de uso de arrendamentos	7 e 8	227	228
Apropriação de juros com direito de uso de arrendamentos	16	80	82
Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados	16	(195)	(441)
Juros provisionados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10	4.531	4.915
Baixa de imobilizado	7	14	115
Atualização provisão para desmobilização		59	-
Amortização custos de captação empréstimos	9	100	-
Provisão para ressarcimento de energia		3.124	1.367
		<u>8.010</u>	<u>8.153</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(25)	(96)
Despesas antecipadas		(17)	(13)
Impostos a recuperar		15	22
Depósito vinculado		130	-
Outros ativos		10	65
Fornecedores a pagar		83	(98)
Provisão para ressarcimento de energia		-	(2.397)
Outras contas a pagar		(5)	(4)
Encargos tributários e trabalhistas		54	(45)
		<u>8.255</u>	<u>5.587</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	9	(1.281)	(2.952)
Pagamento de juros de debêntures	9	(1.342)	(1.328)
		<u>5.632</u>	<u>1.307</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Depósito vinculado		(2.762)	1.492
Aquisição de imobilizado	7	(8)	(27)
		<u>(2.770)</u>	<u>1.465</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	9	(1.019)	(1.744)
Pagamento de debêntures - principal	9	(313)	(144)
Pagamento de arrendamentos	8 e 9	(238)	(180)
		<u>(1.570)</u>	<u>(2.068)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		<u><u>1.292</u></u>	<u><u>704</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		752	48
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>2.044</u>	<u>752</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		<u><u>1.292</u></u>	<u><u>704</u></u>
Principais transações que não afetaram caixa			
Mensuração inicial e remensuração de ativos arrendados		5.608	(8.767)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra I S.A. (“BVS” ou “Companhia”), sociedade de propósito específico, com sede na cidade de Fortaleza, CE, e filial na Fazenda Malhadinha I no município de Ibiapina-CE, constituída em 12 de julho de 2011, tem por objetivo social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a Central Geradora Eólica Malhadinha I, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente da Central Geradora Eólica Malhadinha I e quaisquer outros direitos relacionados à essa atividade, ligados exclusivamente à Central Geradora Eólica Malhadinha I.

A Central Geradora Eólica Malhadinha I, de propriedade da Companhia, vendeu 12 MW de energia no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 18 de agosto de 2011, conforme o Edital de Leilão nº 03/2011-ANEEL.

Até 2019 a Companhia era uma *join venture* com controle conjunto dos acionistas Darby Servtec Energia – Fundo de Investimentos e a Brave Winds Geradora II S.A, cada um com participação de 50%. Em 2020 a acionista Darby Servtec Energia – Fundo de Investimentos em Participações passou a ser a única acionista, com 100% do capital social, passando a obter o controle total da Companhia, conforme Nota 12.

Em dezembro de 2014, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido de aptidão para operar em face do atraso no sistema de transmissão de responsabilidade da concessionária CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que possui a concessão dos direitos de transmissão.

Em 9 de fevereiro de 2015 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a liberação da Companhia como apta para operar a partir de 30 de dezembro de 2014.

Em 21 de setembro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.527, liberando as unidades geradoras da BVS para início das operações em fase de teste a partir de 22 de setembro de 2016.

Em 19 de outubro de 2016, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.793, autorizando o início das operações de geração a partir de 20 de outubro de 2016. Desde esta data, a Companhia está disponibilizando sua energia produzida.

A Gestão de capital da Companhia consiste na salvaguarda de sua capacidade de continuidade operacional. (Nota 20)

Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

O surto de uma doença contagiosa, o COVID-19, espalhou-se por diversos países. Em 3 de março de 2020, foi declarado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde e que se mantém no exercício de 2021.

Identificamos que o surto, também se apresentou em regiões relevantes e vinculadas as nossas operações, e a Companhia pode vir a apresentar alguma dificuldade operacional em virtude das

orientações advindas da O.M.S (Organização Mundial da Saúde) com vistas a quarentena de colaboradores que eventualmente apresentem quadro sintomático e/ou suspeita de contaminação.

A Companhia não identificou problemas de abastecimento de peças e insumos para os processos de manutenção neste momento e possui de estoque de peças de reposição.

A Companhia detém estoque de peças de reposição suficiente para manutenção e continuidade das suas operações.

Consideramos o risco baixo em paralisar as atividades pela falta de peças de reposição para manutenção neste momento, desta forma, não sofremos qualquer impacto material com relação ao COVID-19 em nossas operações, logística, vendas ou situação financeira.

Durante o exercício de 2020, a Companhia utilizou dos benefícios concedidos pelo Governo Federal do Brasil de prorrogação do vencimento dos tributos e parcelamentos e da suspensão temporária concedida pelo BNDES dos pagamentos do empréstimo. (ver Nota 9)

A Companhia ratifica que, durante o exercício de 2020, não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis adotadas, em redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, em renegociações de contratos de arrendamentos, em critérios para reconhecimento de receita, em cumprimento de obrigações contratuais, tampouco na Continuidade operacional da Companhia: (i) interrupções na cadeia de suprimentos, (ii) redução de receita, (iii) potenciais inadimplências financeiras e/ou não financeiras, (iv) liquidez (v) rebaixamentos de crédito, entre outros.

a. Capacidade produtiva

A Companhia possui 1 (uma) usina geradora de energia eólica, situada no município de Ibiapina, no Estado do Ceara, constituída de 11 (onze) unidades geradoras de 2.1 MW, totalizando a potência instalada de 23,1 MW e de garantia física do contrato 12,8MW médios.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Garantia física (MW)	Energia Vendida (MW)
Malhadinha I	Ibiapina-CE	11	12,8	12,0

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 4.472 (em 31 dezembro de 2019: R\$ 3.983), devido principalmente ao saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures e ao saldo das contas de ressarcimento da CCEE.

Conforme estimativas da Administração, esse capital circulante líquido negativo será normalmente revertido com a geração futura de caixa decorrente das atividades da Companhia.

1.2 Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração da Central Geradora Eólica EOL Malhadinha I, com potência instalada de 23,1 MW/h. O prazo de autorização é de 35 anos, contados a partir da publicação da respectiva Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL ou a pedido da autorizada. Abaixo, detalhes da Resolução concedida pela ANEEL:

Usina	Resolução ANEEL	Data da publicação
EOL Malhadinha I	Portaria 228, de 10 de abril de 2012	16 de abril de 2012
EOL Malhadinha I	Resolução Autorizativa 4652, de 6 de Maio de 2014	13 de maio de 2014

1.3 Contrato de Energia de Reserva (CER)

O contrato de venda de energia foi firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 15 de agosto de 2012, por um prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade GWh/ano	Preço RS/MWh Agosto/2011	Início da operação comercial	Final da operação comercial
EOL Malhadinha I	105,1	98,95	Jul/2014	Jun/2034

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de julho, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de setembro de 2011.

Dessa forma, a partir julho de 2014, a Companhia passou a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia efetivamente gerada serão compensadas financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.

A conta de energia é apurada a cada doze meses pela diferença entre a energia gerada e a energia contratada. O saldo dessa conta é apurado anualmente e quadrienalmente, e observará as margens de 10% abaixo da energia contratada e 30% acima da energia contratada, apurados ao final de cada período.

Os desvios positivos ou negativos são reconhecidos no ativo ou no passivo, respectivamente, mediante aplicação dos preços e penalidades descritas no contrato de venda de energia. O ano de suprimento considerado para cálculo da conta de energia é de julho a junho e os ressarcimentos são realizados em doze ou vinte e quatro meses, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE, obedecendo aos limites contratuais de faixa de tolerância.

1.4 Outros aspectos relevantes

Regime Especial de Tributação

Em 4 de dezembro de 2014, foi publicado no DOU o Ato Declaratório Executivo nº 123 de 3 de dezembro de 2014, reconhecendo a opção da Companhia pelo regime especial de tributação relativamente à contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS.

Em 24 de março de 2020 foi publicada a a solução de consulta COSIT nº 27 que dispõe sobre a tributação da venda de energia no ambiente regulado (CCEAR), afirmando que não se aplica o regime especial em tais contratos.

A administração entendeu ser mais prudente a não aplicação do regime especial e procedeu com o recálculo e recolhimento dos tributos, desconsiderando tal benefício.

Subvenções governamentais - Incentivo federal

A Companhia é beneficiária de subvenções Federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de unidades de produção de energia renovável sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, esse incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de 10 (dez) anos, para os empreendimentos que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da região nordeste do país.

No ano de 2019 a Companhia obteve esse incentivo, válido até 2028. O valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste na redução do IRPJ devido, num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008).

A Administração cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como, não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até então, entende-se que não foi descumprido qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não utilizou o benefício pois apresentou prejuízo fiscal e não houve apuração de imposto de renda a pagar.

Licença ambiental e autorizações

Em 31 de dezembro de 2013, o projeto já possuía todas as licenças e autorizações ambientais necessárias para implantação do parque. Em novembro de 2014, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (“SEMACE”) emitiu as licenças de operação do parque (nº.314/2014) e da linha de transmissão (nº.310/2014) com validade até novembro de 2018, cujo processo de renovação já foi concluído com as novas licenças de operação do parque (nº.714/2018) e da linha de transmissão (nº.693/2018) com validade até dezembro de 2022.

1.5 Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é composta por um diretor administrativo-financeiro e um diretor técnico, eleitos pelo Conselho de Administração.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2021.

Após a sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.12** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7** - critérios para definição de vida útil do imobilizado: premissas sobre o período que os ativos irão gerar receita para a Companhia;
- **Nota 8** - critérios para definição de taxa de desconto de contratos de arrendamento;
- **Nota 11** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos;
- **Nota 10 e 13** – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução;

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- a) Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- c) Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os itens que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios de curto prazo onde as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade.

3.2 Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao valor justo ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

As subvenções para investimento passaram a ser contabilizadas no resultado a partir da aplicação da Lei nº 11.638/07. Posteriormente são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

3.3 Receita operacional

A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante do MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

O ativo é reconhecido conforme parcela fixa a receber mediante as cláusulas do contrato firmado com a única cliente da Companhia (ver Nota 1.3). A variação da energia gerada nos percentuais acima ou abaixo do referido contrato são consideradas como ativos, caso a geração seja superior aos MWh contratados, ou passivos, caso a geração seja inferior aos MWh contratados, em contraparte da receita no resultado.

3.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias ativas e passivas. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia adotou o regime de tributação do lucro real.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.6 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão apresentadas na nota explicativa nº 7. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.7 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.8 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente

atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado

(i) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;

- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Capital social

Ações são classificadas como patrimônio líquido.

3.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

3.12 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto e ela é determinada obtendo taxas de juros de várias

fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado".

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)
- Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16).
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Bancos - conta movimento	1	1
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	<u>2.043</u>	<u>751</u>
	<u><u>2.044</u></u>	<u><u>752</u></u>

- (i) Estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancário (CDB), com remuneração fixada em 99% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para os dois exercícios. Os prazos para resgate são imediatos, com incidência de IRRF. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e possuem compromisso de recompra pelo emissor.

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota 19.

5 Contas a receber

	2020	2019
Receita - CCEE (i)	1.339	1.314
Total	1.339	1.314

- (ii) A Companhia tem direito ao recebimento da receita fixa mensal a partir do período de entrega da energia contratada, conforme descrito na Nota 1.

6 Depósitos vinculados

	2020	2019
Conta centralizadora (a)	521	651
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	1.182	1.158
Conta reserva serviço da dívida Debêntures (c)	844	778
Conta reserva de O&M (d)	473	455
Conta reserva especial (e)	7.243	4.534
Conta de pagamento de debêntures (f)	140	-
	10.403	7.576
Circulante	521	651
Não circulante	9.882	6.925

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento com o BNDES e do registro de emissão de debêntures, conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta centralizadora - conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante.
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (c) Conta reserva serviço da dívida Debêntures - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (d) Conta reserva de O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o equivalente a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M (contrato de operação e manutenção dos aerogeradores). A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.
- (e) Conta reserva especial - constituída com recursos transferidos da Conta Centralizadora, após observada a ordem de pagamentos e transferências determinada pelo Contrato de Financiamento do BNDES. A liberação da reserva para

movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para julho de 2031.

- (f) Conta de pagamento de debêntures - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação vincenda. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato de debêntures, prevista para julho de 2031.

Os saldos são mantidos em contas de aplicação financeiras em renda variável, junto ao Fundo Soberano Simples FIC, cujos rendimentos, no exercício de 2020 e 2019, foram, respectivamente, de 6,26% a.a. e 9,89% a.a..

7 Imobilizado

O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

	31/12/2018	Adição	Baixas	31/12/2019	Adição	Baixas	31/12/2020
Administração							
Máquinas e equipamentos	24	-	-	24	3	-	27
Equipamentos e processamentos de dados	16	-	-	16	-	-	16
Moveis e utensílios	41	4	-	45	-	-	45
Benfeitoria em imóveis de terceiros	33	-	-	33	-	(33)	-
Direito de uso de <i>software</i>	2	-	-	2	-	-	2
Subtotal administração	116	4	-	120	3	(33)	90
Parque eólico							
Acessos, obras e instalações	34.074	-	-	34.074	-	-	34.074
Sobressalentes	52	10	-	62	-	-	62
Transformador	1.090	-	-	1.090	-	-	1.090
Torres	5.582	-	-	5.582	-	-	5.582
Geradores	16.329	-	-	16.329	-	-	16.329
Nacelle	13.651	-	-	13.651	-	-	13.651
Pás	22.084	-	-	22.084	-	-	22.084
Outros materiais e equipamentos	32.181	13	-	32.194	5	-	32.199
Projetos sociais – doação (*)	115	-	(115)	-	-	-	-
Subtotal parque eólico	125.158	23	(115)	125.066	5	-	125.071
Provisão para desmobilização (**)	1.418	-	-	1.418	-	-	1.418
Direito de uso - Arrendamentos (***)	-	8.767	-	8.767	-	(5.608)	3.159
Imobilizado em operação	126.692	8.794	(115)	135.371	8	(5.641)	129.738
Depreciação da administração	(56)	(11)	-	(67)	(10)	19	(58)
Depreciação do parque eólico	(13.156)	(5.802)	-	(18.958)	(3.557)	-	(22.515)
Amortização desmobilização	(182)	(79)	-	(261)	(41)	-	(302)
Depreciação direito de uso de arrendamentos	-	(228)	-	(228)	(227)	-	(455)
Depreciação acumulada	(13.394)	(6.120)	-	(19.514)	(3.835)	19	(23.330)
Total	113.298	2.674	(115)	115.857	(3.827)	(5.622)	106.408

(*) Trata-se de bens adquiridos e doados como parte da cláusula de projetos sociais do empréstimo do BNDES, como um carro fiorino e a reforma e aparelhamento de uma casa de farinha na comunidade de Águas Belas.

(**) Com a finalidade de estimar os custos de desmobilização da Usina Eólica de propriedade da Companhia, a mesma contratou uma empresa terceirizada que apresentou um laudo técnico, precisando o custo de desmobilização da Usina Eólica.

(***) Trata-se do direito de uso decorrente do contrato de arrendamento de terreno mantido pela Companhia, conforme apresentado na nota 3.12. Por não ter efeito de Caixa, a adição de 2019 e a remensuração de 2020 não foram consideradas na DFC.

No ativo imobilizado estão capitalizados custos de empréstimos e financiamentos ocorridos até 31 de dezembro de 2016, durante a fase de construção, no montante total de R\$ 4.972.

As taxas de depreciação anuais, de acordo com a vida útil estimada para cada componente são conforme a seguir apresentadas:

Administração	Taxas anuais médias de depreciação (%)
Máquinas e Equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de processamento de dados	20
Direito de uso – softwares	20

Parque eólico	Taxas anuais médias de depreciação (%)
Sobressalentes	2,86
Transformador	2,86
Torres	2,86
Geradores	2,86
Nacelle	2,86
Pás	2,86
Outros materiais e equipamentos	2,86
Acesso, obras e instalações	2,86

Em 2020, a depreciação e amortização do exercício alocada ao custo das vendas monta R\$ 3.469 (em 2019, R\$ 6.109); às despesas, R\$ 10 (em 2019, R\$ 11).

A Companhia, anualmente, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

A Companhia cedeu, como garantia aos empréstimos e financiamentos, máquinas e equipamentos relativo ao projeto, adquiridos, montados ou construídos também com recursos do contrato de financiamento, conforme apresentado na Nota 9.

8 Arrendamentos a pagar

Conforme descrito na nota 3.12, a Companhia possui um contrato de arrendamento do terreno onde está instalado o parque eólico. O contrato é de 20 anos com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, conforme índice de reajuste do contrato de energia (Nota 1.3)

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 8% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Movimentação do ativo de arrendamento

Saldos em 01 de janeiro de 2019	-
Mensuração inicial	8.767
Despesa de depreciação do exercício	<u>(228)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.539
Remensuração	(5.608)
Despesa de depreciação do exercício	<u>(227)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.704

Movimentação do passivo de arrendamento

Saldos em 01 de janeiro de 2019	-
Mensuração inicial	8.767
Juros apropriados no resultado	83
Pagamentos	<u>(180)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.670
Remensuração	(5.608)
Juros apropriados no resultado	80
Pagamentos	<u>(238)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.904

Impactos no resultado do exercício

	2020	2019
Despesas com depreciação	(227)	(228)
Despesas financeiras	<u>(80)</u>	<u>(82)</u>
Total - impacto na despesa líquida	<u>(307)</u>	<u>(310)</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2020			2019		
	Juros	Principal	Líquido	Juros	Principal	Líquido
Até 1 ano	(218)	241	23	(83)	441	358
De 1 a 2 anos	(216)	241	25	(84)	311	227
De 2 a 3 anos	(214)	241	27	(84)	312	228
De 3 a 4 anos	(212)	241	29	(85)	312	227
De 4 a 5 anos	(209)	241	32	(85)	313	228
Acima de 5 anos	(1.154)	3.922	2.768	(2.104)	9.506	7.402
Total	(2.223)	5.127	2.904	(2.525)	11.195	8.670

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

(i) Financiamento BNDES

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com a finalidade de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata, o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

Sobre o principal da dívida incidirão juros à taxa de 2,65% + TJLP ao ano. O principal da dívida será pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2020 o total de 58 prestações.

Em 07 de maio de 2020 o BNDES autorizou a suspensão temporária dos pagamentos de principal e juros de maio a outubro de 2020, com capitalização do saldo devedor, sem alteração do termo final do prazo de amortização da dívida nem da taxa de juros do contrato.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como redução da dívida.

(ii) Debêntures

Em 15 de junho de 2015 a Companhia realizou emissão de 1.030 debêntures simples, no montante total de R\$ 10.300, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória, a ser covelada em da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. As debêntures possuem vencimentos semestrais, iniciando em julho de 2017 até dezembro de 2026.

Sobre o principal da dívida incidirão juros remuneratórios correspondentes a uma taxa anual de 9,43% + IPCA.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como redução da dívida.

Esse endividamento está apresentado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 conforme demonstrado a seguir:

	Taxas	2020	2019
Empréstimos e financiamentos			
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	2,65% a.a. + TJLP	35.374	35.137
(-) Custos de captação de empréstimos e financiamentos		<u>(192)</u>	<u>(210)</u>
		35.182	34.927
Circulante		3.324	3.015
Não circulante		31.858	31.912
Debêntures			
(-) Custos de captação de debêntures	9,43% a.a. + IPCA	14.829	14.490
		<u>(72)</u>	<u>(154)</u>
		14.757	14.336
Circulante		1.575	1.593
Não circulante		13.182	12.743
Total empréstimos, financiamentos e debêntures		49.939	49.263

Os montantes por ano de vencimento têm a seguinte composição:

Vencimentos	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
Em um ano	3.324	1.575	3.015	1.593
De um a dois anos	3.556	1.714	3.077	1.730
Acima de dois anos	<u>28.302</u>	<u>11.468</u>	<u>28.835</u>	<u>11.013</u>
Total	35.182	14.757	34.927	14.336

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	36.554	14.001	-	50.555
Mensuração inicial de arrendamentos	-	-	8.767	8.767
Ingresso proveniente de novos empréstimos e financiamentos	-	(95)	-	(95)
Amortização de principal	(1.744)	(144)	(180)	(2.068)
Juros pagos	(2.952)	(1.328)	-	(4.280)
Amortização dos custos de captação	18	38	-	56
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>3.051</u>	<u>1.864</u>	<u>83</u>	<u>4.998</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	34.927	14.336	8.670	57.933
Remensuração de arrendamentos			(5.608)	(5.608)

Amortização de principal	(1.019)	(313)	(238)	(1.570)
Juros pagos	(1.281)	(1.342)	-	(2.623)
Amortização dos custos de captação	18	82	-	100
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>2.537</u>	<u>1.994</u>	<u>80</u>	<u>4.611</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>35.182</u>	<u>14.757</u>	<u>2.904</u>	<u>52.843</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as garantias da operação do empréstimo do BNDES e das debêntures são compartilhadas, podendo ser assim demonstradas:

- Os acionistas e suas intervenientes deram em penhor a totalidade das ações na Companhia de sua titularidade.

A Companhia cedeu fiduciariamente ao BNDES os direitos creditórios de que é titular provenientes do Contrato de Energia de Reserva n. 159/11 (CER). A Companhia, concedeu em penhor:

- Os direitos emergentes da autorização decorrente da Portaria n° 228 de 13 de abril de 2012;
- Máquinas e equipamentos relativo do projeto, a serem adquiridos, montados ou construídos com recursos do contrato de empréstimo e financiamento;
- Os direitos creditórios provenientes do contrato de fornecimento de bens e serviços para a implantação do Parque Eólico Malhadinha I (Aerogeradores), firmado em 5 de julho de 2013, entre a Beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.;
- Os direitos creditórios provenientes do contrato de Operações e Manutenção durante o período de Pós Garantia dos Aerogeradores no Empreendimento EOL Malhadinha I, firmado em 28 de abril de 2014, entre a beneficiária e a WEG Equipamentos Elétricos S.A.; e
- Os direitos creditórios provenientes de qualquer outro contrato relativo ao projeto que venha a ser celebrado e que seja relevante para sua operação e cuja contratação requiera anuência do BNDES.

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, ICSD (Índice de Cobertura de Serviço de Dívida) igual ou superior a 1,30. Adicionalmente para as Debêntures, a Companhia deverá manter a projeção do ICSD, durante toda a vigência das Debêntures, índice projetado equivalente a 1,30, no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas. O não cumprimento de tais cláusulas restritivas podem culminar em vencimento antecipado das parcelas.

10 Ressarcimento de energia a pagar

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 4.234 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 1.110) se refere ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que será descontado conforme contrato de comercialização de energia elétrica. Os valores classificados no circulante se referem a valores que irão vencer nos próximos 12 meses

e os classificados no não circulante aos valores que irão vencer após os próximos 12 meses. Com base no despacho n.º 2.303/2019 da Aneel ficou determinado que os valores de ressarcimentos anuais referentes ao ano contratual apurado a partir de agosto de 2019 pela CCEE, que seriam feitos em 12 parcelas, não serão realizados até uma definição sobre a audiência pública n.º 034/2019, definindo a questão do constrained-off. A Audiência Pública tem por objetivo obter subsídios para o aprimoramento do relatório de análise de impacto regulatório e da minuta de normas referentes aos procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação de usinas eólicas.

A Companhia manteve esses valores de ressarcimentos não efetuados no passivo.

11 Provisões

(i) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2020 e 2019, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

Portanto, baseada nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração reconheceu que não existem processos com probabilidade de perda provável.

(ii) Provisão para desmobilização

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 1.579, (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 1.520) registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de recuperação ambiental das áreas degradadas pela atividade explorada, o volume de material proveniente do desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte da EOL Malhadinha I.

A valorização dos materiais foi realizada, utilizando-se o preço do peso de cada material específico, comercializado por empresas de sucata. Para o cálculo do valor necessário para a remoção dos materiais do parque, foi adquirido dos fabricantes o peso de cada um dos principais componentes de uma central geradora eólica. Para cálculo dos recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquinas para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da área do parque, transporte e destinação do material gerado. Em dezembro de 2020, a Companhia realizou cálculo de atualização do valor da provisão para desmobilização dos seus ativos imobilizados, utilizando o IPCA.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Companhia é composto por 168.150 ações que correspondem a R\$ 80.212.

Em 25 de junho de 2020, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a transferência da totalidade das ações detidas pela acionista Brave Winds Geradora II S.A. para a

acionista Darby Servtec Energia – Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, que passou a ser a única acionista da Companhia, com 100% do capital social.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia apurou prejuízos, não constituindo, portanto, reservas.

c. Dividendo mínimo obrigatório

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

13 Receita líquida de vendas

	2020	2019
Receita de energia contratada	12.792	14.125
PIS (*)	(211)	(92)
COFINS (*)	(972)	(424)
	<u>11.609</u>	<u>13.609</u>

(*) Em 2020 a administração decidiu não utilizar o benefício de redução de pis e cofins, ver nota 1.4.

14 Custos das vendas

	2020	2019
Depreciações (*)	(3.598)	(5.881)
Depreciação do direito de uso de arrendamentos	(227)	(228)
Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST	(1.948)	(1.851)
Custos regulatórios	(76)	(75)
Custos gerais	(180)	(117)
Custos com manutenção	(2.702)	(2.498)
Custos com pessoal	(128)	(97)
Serviços de terceiros	(593)	(389)
Custo sócio ambiental	(370)	(449)
Custos com infraestrutura	(149)	(121)
Créditos Pis/Cofins (**)	527	-
Outros custos	(5)	(6)
	<u>(9.449)</u>	<u>(11.712)</u>

(*) Em 2020 a administração revisou as taxas depreciação, ver nota 7.

(**) A Companhia passou a apurar os tributos indiretos pelo regime não-cumulativo, ver nota 1.4.

15 Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Despesas gerais	(55)	(13)
Despesa com manutenção	(23)	(23)
Despesas com pessoal	(299)	(354)
Serviços de terceiros	(366)	(383)
Despesa com infraestrutura	(88)	(86)
Despesa com publicações	(51)	(54)
Depreciações	(10)	(11)
Projetos sociais	-	(115)
Outras despesas administrativas	(28)	(42)
	<u>(920)</u>	<u>(1.081)</u>

16 Resultado financeiro

	2020	2019
Juros sobre aplicações financeiras (*)	229	441
Variação monetária ativa	42	6
Receita financeira	271	447
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.531)	(4.915)
Despesas financeiras com arrendamentos	(80)	(82)
Fianças bancárias	(7)	(39)
Juros passivos	(17)	(13)
Imposto sobre movimentações financeiras - IOF	(1)	(10)
Outras despesas financeiras	(399)	(209)
Despesas financeiras	(5.035)	(5.268)
Resultado financeiro, líquido	(4.764)	(4.821)

(*) Compreende os rendimentos de aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa de R\$ 34 (2019: 0) e rendimento de aplicações em depósitos vinculados de R\$ 195 (2019: R\$ 441).

17 Tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 3.257 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 3.888), cujos ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios.

	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social - Corrente		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.538)	(4.005)
(+) Adições	139	117
(=) Prejuízo fiscal	<u>(3.399)</u>	<u>(3.888)</u>

18 Partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os honorários dos administradores foram apropriados ao resultado, na conta “despesas gerais e administrativas”, no montante total de R\$ 24 (2019 R\$ 98), e na conta de “custos das vendas”, no montante total de R\$ 127 (2019 R\$ 96). A remuneração inclui salários e encargos e bônus anual por atingimento das metas.

b. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Darby Servtec Energia – Fundo de Investimentos em Participações, com 100% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, há o saldo de R\$ 55 de dividendos a distribuir aos acionistas, para o qual não há previsão para liquidação.

Não há outras transações com partes relacionadas além das já mencionadas.

19 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos, a aplicações financeiras e contas a receber. O contas a receber tem risco considerado baixo, considerando as características do contrato de energia firmado. (ver Nota 1.3)

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2020	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.044	-	-
Depósitos vinculados	10.403	-	-	10.403
Contas a receber de clientes	-	1.339	-	-
Fornecedores	-	-	628	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	35.182	35.182
Debêntures	-	-	14.757	14.757
Arrendamentos a pagar	-	-	2.904	2.904
Dividendos a pagar	-	-	55	55

Em 31 de dezembro de 2019	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	752	-	-
Depósitos vinculados	7.576	-	-	7.576
Contas a receber de clientes	-	1.314	-	-
Fornecedores	-	-	545	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	34.927	34.927
Debêntures	-	-	14.336	14.336
Arrendamentos a pagar	-	-	8.670	8.670
Dividendos a pagar	-	-	55	55

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e,
- Risco operacional.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. Os recebíveis tem risco considerado baixo, considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem R\$ 2.044 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 752) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o saldo de R\$ 10.403 (em 31 de dezembro de 2019, R\$ 7.576) em depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade

financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

	A vencer em até 1 ano		A vencer acima de 1 ano		Totais	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	3.324	3.015	34.254	31.912	37.578	34.927
Debêntures	1.575	1.593	15.021	12.743	16.596	14.336
Fornecedores	628	545	-	-	628	545
Arrendamentos a pagar	23	358	3.111	8.312	3.134	8.670

Risco de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas para travar o custo financeiro das operações.

	Saldo 31/12/2020	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	2.043	Variação do CDI	2.070	2.084	2.099	2.113	2.127
Efeito no resultado			(29)	(15)	-	14	28
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	9.882	Rendimentos em FI	10.172	10.336	10.500	10.665	10.829
Efeito no resultado			(328)	(164)	-	165	329
Saldo de empréstimos e financiamentos	35.182	TJLP	35.998	36.447	36.896	37.346	37.795
Efeito no resultado			(898)	(449)	-	450	899
Saldo de debêntures	14.757	IPCA	15.076	15.250	15.424	15.599	15.773
Efeito no resultado			(348)	(174)	-	175	349

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

20 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser assim sumarizados:

	2020	2019
Total de empréstimos e financiamentos bancários	49.939	49.263
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(2.044)	(752)
Menos: Depósitos vinculados	<u>(10.403)</u>	<u>(7.576)</u>
Dívida líquida	37.492	40.935
Total do patrimônio líquido	<u>60.857</u>	<u>64.253</u>
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	<u>0,62</u>	<u>0,64</u>

21 Eventos Subsequentes

Covid-19

Até a presente data, a Companhia não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis adotadas, em redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, em renegociações de contratos de arrendamentos, em critérios para reconhecimento de receita, em cumprimento de obrigações contratuais, tampouco na continuidade operacional da Companhia.

Renato Melo Gomes
Diretor Técnico

Antônio Werk Rodrigues Pereira
Contador CRC-CE 016296/0-8